

A MICARETA DA EXCLUSÃO SOCIAL

Moacyr Oliveira Filho

A violência que explodiu este ano na Micarecandanga deve servir para uma profunda reflexão sobre os rumos dessa festa e os limites da participação do governo no esquema comercial e empresarial que lhe dá sustentação.

Em primeiro lugar, quero deixar claro que sou a favor de que o governo apoie todas as manifestações culturais que acontecem na cidade. No entanto, esse apoio precisa ser diferenciado, de acordo com as características de cada uma dessas manifestações.

A Micarecandanga é, cada vez mais, um evento puramente comercial e privado, embora organizado com o apoio, inclusive financeiro, do Governo do Distrito Federal.

E aí é que começam os problemas. É justo o GDF investir recursos numa festa privada e comercial, que rende lucros milionários para os seus organizadores que, aliás, ao que se sabe, não pagam impostos? Acho que não. O GDF deveria simplesmente apoiar o evento, colocando à disposição sua estrutura de segurança pública para proteger os cidadãos. E nada mais. A Secretaria de Turismo pagar a conta da iluminação e a de Comunicação comprar cotas de patrocínio da festa são exageros inaceitáveis. Ao fazer isso, o GDF está, de certa forma, sendo cúmplice da sonegação fiscal promovida pelos organizadores da Micarecandanga. Afinal, eles não emitem Nota Fiscal sobre as mortalhas que vendem e, portanto, não recolhem imposto sobre esse produto comercializado amplamente.

Mais do que isso, a Micarecandanga deste ano deixou evidente seu caráter elitista, demolindo o mito da espontaneidade e da participação popular do carnaval fora de época em Brasília. A Micarecandanga é, isso sim, um exemplo claro de exclusão social, de apartheid social, temas tão caros ao professor Cristovam Buarque.

Ela exclui ao dividir os foliões entre os "com mortalha" e os "sem mortalha", entre os "com camarote" e os "sem camarote". Para os incluídos — em sua grande maioria jovens da classe média alta brasileira — o conforto e a segurança das cordas que cercam os blocos oficiais (embora dentro deles também ocorram muitas brigas) e dos camarotes recheados de mulheres bonitas e de comes e bebes. Para os excluídos, a violência que correu solta na "pipoca". Além disso, uma simples mortalha — um pedaço de pano colorido comercializado a preços que oscilam de R\$ 200 a R\$ 400 e sem Nota Fiscal — vira um símbolo de status para os excluídos, estimulando ainda mais a violência que marcou a Micarecandanga 97. Que o diga o filho do senador José

Roberto Arruda, uma das vítimas dessa violência.

Como se tudo isso não bastasse, a Micarecandanga desmontou, também, outra falácia que costuma ser amplamente divulgada pelos seus organizadores e padrinhos oficiais. A de que a festa atrai turistas e, portanto, gera recursos para a cidade. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no Distrito Federal isso não é verdade. O movimento nos hotéis, restaurantes e no aeroporto não foi muito diferente de um fim de semana normal.

Os "turistas" da Micarecandanga restringem-se aos convidados vips, às personalidades contratadas pelos organizadores do evento e os profissionais que trabalham nos trios e blocos, que vêm para cá com todas as despesas pagas e pouco rendem para a cidade. Na verdade, o que a Micarecandanga deve ter gerado de recursos com o turismo pode ter sido muito menos do que ela deixou de gerar com os impostos não pagos. Sem dúvida, o VII Encontro

Nacional dos Psicólogos da Área Hospitalar, cuja realização foi prejudicada pela Micarecandanga, deve ter trazido muito mais gente a Brasília do que os que vieram para pular atrás dos trios elétricos.

É uma pena que o governador Cristovam Buarque, intelectual preocupado com a exclusão social e a busca da modernidade ética, tenha se deixado embevecer pela euforia quase juvenil do secretário de Turismo, Rodrigo Rollemberg, um especialista em festas, e, de olho guloso no potencial eleitoral da incluída juventude dourada das mortalhas coloridas, não tenha parado para refletir sobre os equívocos que o GDF comete ao estimular o apartheid social da Micarecandanga, incentivar a sonegação e ajudar um

empresário a aumentar seus lucros.

Afinal, passada a Micarecandanga, o que sobrou mesmo para a cidade? As três mortes, as dezenas de feridos, algumas centenas de jovens que faltaram às aulas e ao trabalho na manhã de segunda-feira. As imagens da violência estampadas nos jornais e exibidas nas emissoras de televisão de todo o país, as centenas de brigas que explodiam a cada minuto dentro e fora do Caldeirão da Folia. E a perspectiva de votos entre a juventude e do lucro fácil embolsado pelos empresários que promovem a festa.

Muito pouco. Ou quase nada. Política, cultural, social, turística e financeiramente falando.

■ Moacyr de Oliveira Filho é jornalista, ex-diretor-geral do Detur, ex-secretário de Comunicação Social do GDF, diretor da Aruc e vice-presidente da Liga das Escolas de Samba de Brasília

A Secretaria de Turismo pagar a conta da iluminação e a de Comunicação comprar cotas de patrocínio são exageros inaceitáveis.